

Argumentação e Linguagem

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Argumentação e Linguagem

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A694	Argumentação e linguagem [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-530-3 DOI 10.22533/at.ed.303191408 1. Língua portuguesa – Composição e exercícios. 2. Linguística. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 469.8
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ai Palavras! ... Todo o sentido da vida principia à vossa porta; o mel do amor cristaliza seu perfume em vossa rosa; sois o sonho e sois audácia, calúnia, fúria, derrota... A liberdade das almas, ai! com letras se elabora... E dos venenos humanos sois a mais fina retorta: frágil como o vidro e mais que o são poderosa! Reis, impérios, povos, tempos, pelo vosso impulso rodam... Cecília Meireles ...

Porque a verdadeira caverna, aquela que nos proíbe a relação com a realidade, aquela que nos obriga a viver no meio das sombras, é, para mim, a linguagem. Oswald Ducrot. Não há como pensar a argumentação na linguagem sem que se façam referências à retórica clássica, principalmente se o ato de argumentar for entendido como uma forma de gerenciar o discurso, de modo a se obterem resultados efetivos sobre as práticas sociais humanas. É justamente o funcionamento pragmático dos textos/discursos que nos permitem dizer, hoje, que os mesmos se nos apresentam revestidos de caráter ideológico, somente para citar um dos efeitos das ações das práticas linguísticas sobre as sociais. Nesse sentido, presume-se que a instrumentalidade do discurso argumentativo retrata-se nas formas como os argumentos são apresentados nos textos, de modo a criar um sentido de identidade entre falante/escritor e ouvinte/leitor. As atividades cognitivas da leitura e da compreensão estão inter-relacionadas, ainda que não se tenha como garantia indicativos de entendimento textual, afirmam Löbler e Flôres (2010, p. 181). Flôres e Gabriel (2012) defendem que a leitura pode ser estudada a partir de diferentes perspectivas, sejam elas: com foco no autor, no texto ou no leitor. Abraça-se, então, neste trabalho, a pesquisa sobre a leitura e foco no texto de diferentes formas.

Coscarelli (2002, p. 01) afirma que a leitura pode ser vista como um todo sem divisões, uma visão genérica e compactada que dificulta o trabalho do professor em ajudar os alunos em desenvolver o processo de leitura. Segundo a autora: A leitura pode ser dividida em duas grandes partes, uma que lida com a forma linguística e outra que se relaciona com o significado. Essas partes, por sua vez, podem ser ainda subdivididas. O processamento da forma, também tratado como decodificação, será aqui subdividido em processamento lexical e processamento sintático. Faz parte da atividade leitora apresentar sentidos para a informação ali exposta, buscando a reflexão, os questionamentos e os possíveis diálogos entre ela e o leitor. Para tal, essa prática envolve o aspecto de reconhecer o código linguístico, assim como depreender os sentidos que esse código desenvolve a partir das relações semânticas, Löbler e Flôres (2010, p. 188).

O leitor tem a função de decodificar o texto e identificar as pistas que o autor vai deixando ao longo desse texto, além de formular representações mentais sobre as informações contidas ali, Löbler e Flôres (2010, 192). Ele suscita hipóteses, realiza inferências, ativa o seu conhecimento prévio, tudo isso objetivando compreendê-lo. Löbler e Flores explicam assim o processo de compreensão: A compreensão da língua escrita é uma atividade complexa e onerosa do ponto de vista cognitivo, pois consiste em relacionar, concomitantemente, o que é lido a conhecimentos preexistentes. Para fazer tal síntese, o cérebro do leitor mobiliza os conhecimentos que já possui, relacionando-os

ao processamento em realização, ou seja, fazendo a articulação paralela entre o sabido e o desconhecido, no decorrer da própria leitura.

Nesse processo de diálogo com o texto, o leitor tenta identificar as intenções do autor por este ou aquele vocabulário, as intenções de formalidades ou informalidades, ou ainda, identificar quem está falando naquele texto. Ducrot (1990, p.15) defende que o enunciado é polifônico e que, portanto, existem algumas pessoas envolvidas em sua existência. Dentre elas, declara a existência do locutor, sujeito discursivo responsável discurso, e enunciadores, responsáveis pelos pontos de vista ao longo do discurso.

O enunciado, assim como o discurso, é único e sempre terá um autor, denominado sujeito empírico, Ducrot (1990) Os jornalistas, por exemplo, ao noticiarem ou reportarem determinada informação, fazem-na através das argumentações, que são entendidas por Ducrot como uma sequência de dois segmentos que compõem um discurso relacionados por um conector.

Argumentar é apresentar um ponto de vista. Entretanto, cabe ao leitor, durante a atividade leitora, apreender os diferentes sentidos que vão sendo desenvolvidos ao longo do discurso destes profissionais.

Acredita-se que, ao se analisar as palavras envolvidas nesses discursos jornalísticos, pode-se facilitar a compreensão dos sentidos ali inscritos. Diante disso, apresenta-se, como objetivo geral deste trabalho, a análise do papel que o léxico desempenha (palavras plenas e palavras instrumentais) na construção do sentido dos discursos desdobraram-se em múltiplas linguagens. A construção de sentidos nos diferentes e múltiplos discursos não é realizada da mesma maneira, não segue uma regra que se comportam diferentemente no momento de construção desses sentidos.

Um conjunto de considerações pragmático-discursivas constitui o cerne da história da retórica. O retorno à retórica faz sentir que muitas das preocupações atuais dos estudiosos da linguagem, no que concerne à eficácia da palavra, assentam-se em preceitos advindos dos clássicos e dos teóricos contemporâneos da argumentação.

Avulta das considerações tecidas um aspecto particular caracterizador do dinamismo da linguagem, que é o lugar ocupado pelos sujeitos que lançam mão de argumentos relativos aos seus objetivos comunicativos e objetos de discurso. Nesse sentido, defrontamo-nos com uma subjetividade enunciativa que extrapola os limites de uma consciência empírica do sujeito. Pela enunciação que o constitui, ele mobiliza um ou mais coenunciadores, fazendo-os aderir ou refutar o universo de significações ou sentidos atribuídos histórica e culturalmente aos objetos de predicação. O enunciator é, para mim, o grande tecelão do mundo representado nos eventos comunicativos de que participa. Nesse sentido é que cabe nos estudos da argumentação, ou da construção argumentativa dos textos, aproximar teorias de textos e discursos das teorias sociológicas, assumindo, portanto, um posicionamento multidisciplinar perante a investigação dos fenômenos linguísticos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A LITERATURA SOBRE O SEXO E A SEXUALIDADE NO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.3031914081	
CAPÍTULO 2	13
A FALA DE ULYSSES GUIMARÃES NA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA	
Tayson Ribeiro Teles	
DOI 10.22533/at.ed.3031914082	
CAPÍTULO 3	24
A ARGUMENTAÇÃO E A RETÓRICA NO SERMÃO DA SEXAGÉSIMA, DE PADRE ANTÔNIO VIEIRA: UMA ABORDAGEM PARA O LETRAMENTO LITERÁRIO	
Gabriela Lages Veloso Letícia Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3031914083	
CAPÍTULO 4	35
ARQUITETURA DA ARTE DE CONTAR: A NATUREZA SOCIOLÓGICA E A COMUNICAÇÃO ESTÉTICA NO CONTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	
Márcia Adriana Dias Kraemer Alba Maria Perfeito	
DOI 10.22533/at.ed.3031914084	
CAPÍTULO 5	55
COMO TRABALHAR A LITERATURA SOB REGIMES AUTORITÁRIOS EM SALA DE AULA	
Cícera Tayana Francelino Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.3031914085	
CAPÍTULO 6	66
A INTENCIONALIDADE MARCADA NOS TEXTOS INSTRUCCIONAIS: O QUE HÁ DE NOVO NISSO?	
Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira Sílvia Adélia Henrique Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.3031914086	
CAPÍTULO 7	85
DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS NO ENSINO DE PORTUGUÊS	
Maria Auxiliadora Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.3031914087	
CAPÍTULO 8	103
IGREJA” E “SENHOR”: A CRÍTICA À RELIGIÃO NAS LETRAS DE MÚSICA DA BANDA TITÃS À LUZ DAS REFLEXÕES BAKHTINIANAS	
Claudia de Fátima Oliveira Camila de Araújo Beraldo Ludovice	
DOI 10.22533/at.ed.3031914088	

CAPÍTULO 9	114
FICÇÃO E MEMÓRIA EM <i>SIMÁ</i> : ROMANCE HISTÓRICO DO ALTO AMAZONAS, DE LOURENÇO DA SILVA ARAÚJO	
Daniel Padilha Pacheco da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3031914089	
CAPÍTULO 10	133
PRESENÇA E USO DOS MARCADORES DISCURSIVOS EM ESTUDANTES BRASILEIROS DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	
Cristina Corral Esteve	
DOI 10.22533/at.ed.30319140810	
CAPÍTULO 11	146
VARIAÇÃO FONÉTICA NO POVOADO ONÇA DO MARANHÃO: ANÁLISE DOS FENÔMENOS DE REDUÇÃO DO DITONGO “OU” EM “O” E REDUÇÃO DO DITONGO “EI” EM “E”.	
Shayra Brunna Silva Marques	
Ana Claudia Menezes Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.30319140811	
CAPÍTULO 12	157
PLE + ELO: UMA EXPERIÊNCIA VIRTUAL NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NA UFLA	
Débora Racy Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30319140812	
CAPÍTULO 13	164
MOBILED-ASSISTED LANGUAGE LEARNING: QUESTÕES ACERCA DO USO DE SMARTPHONES EM SALA DE AULA DE LÍNGUA INGLESA	
Luana de França Perondi Khatchadourian	
DOI 10.22533/at.ed.30319140813	
CAPÍTULO 14	175
MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE INGLÊS: UMA PROPOSTA POR MEIO DA PEDAGOGIA DE MULTILETRAMENTOS	
Patrícia Helena da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30319140814	
CAPÍTULO 15	189
ORIGENS E FRONTEIRAS DO COSMOS: O PODER DA PALAVRA	
Márcio Moreira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30319140815	
CAPÍTULO 16	199
MULTILETRAMENTOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: APROXIMAÇÕES ENTRE REFLEXÃO E AÇÃO	
Maria de Lourdes Rossi Remenche	
Ana Paula Pinheiro da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.30319140816	

CAPÍTULO 17	211
O MÉTODO FÔNICO E A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Alice Santos Pimentel Nunes	
Terezinha de Jesus Dias Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.30319140817	
CAPÍTULO 18	223
NARRATIVAS COERENTES E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE EM GRUPOS VULNERÁVEIS	
Dóris Cristina Gedrat	
André Guirland Vieira	
Gehysa Guimarães Alves	
Cláudio Schubert	
DOI 10.22533/at.ed.30319140818	
CAPÍTULO 19	235
BEM-ME-QUERO, BEM-TE-QUERO: UM PROJETO DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL SOBRE CORPOREIDADE E GESTÃO DO CUIDADO	
Roselaine Vieira Sônego	
Allan Henrique Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.30319140819	
CAPÍTULO 20	248
MASCULINIDADE NA LITERATURA: UMA HISTÓRIA HERDADA SOCIALMENTE	
Francisco Heitor Pimenta Patrício	
Cícero Hérciclis Ângelo Pereira	
Josilene Marcelino Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.30319140820	
CAPÍTULO 21	260
ENSINANDO PLE NA UFLA ATRAVÉS DO AVA - AVANÇAR	
Débora Racy Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30319140821	
CAPÍTULO 22	267
MARCAS DOS PAISES IMPERIALISTAS NA CONSTITUIÇÃO E REORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Rosa Maria Silva Braga	
Lucia Torres de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.30319140822	
SOBRE A ORGANIZADORA	277
ÍNDICE REMISSIVO	278

A LITERATURA SOBRE O SEXO E A SEXUALIDADE NO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Poderia dizer que a vida é bela, e muito, que a revolução caminha com pés de flor... mas não. O poeta mente. A vida nós amassamos em sangue e samba enquanto gira inteira a noite sobre a pátria desigual. (Ferreira Gullar)

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Sexo. Sexualidade. Ditadura Militar.

No Brasil, a educação sexual – bem como suas práticas contemporâneas – sempre foi tratada como a deflagradora de uma série de mudanças radicais. Por isso, para compreendê-la na atualidade, os historiadores consideram o período iniciado em 1964 como um marco para a disciplina, sobretudo a repressão advinda do golpe militar ocorrido neste ano.

É importante ressaltar o fundamentalismo pós-2012, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, com formação militar, e por isso é válido resgatar o período proposto como uma valiosa fonte de conhecimento de nossos traços identitários, culturais e hodiernos, mesmo que a tarefa seja proposta por aqueles que não atuaram em tal contexto, como é o

caso de minha geração, que nasceu em meio a esse processo e “aprendeu”, nas décadas de 70 e na primeira metade da década seguinte, a negar o passado recente, a silenciar/apagar as torturas, as reivindicações, as movimentações inflamadas e engajadas dos que esperavam “a volta do irmão do Henfil”.

Foi na década de 1960 que as transformações sociais e culturais, advindas das lutas de grupos que buscavam sua autoafirmação na trama social, como negros e mulheres, começaram a ter visibilidade e, conseqüentemente, passaram a ter mais espaço na academia. A sexualidade se tornou visível a partir de fins da década de 1970, capitalizada e apropriada por vários meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão. A criação dos anticoncepcionais consegue separar a procriação do prazer sexual, com isso, enfim, este poderia ser vivido com toda a liberdade. Essa nova liberdade sexual e seu novo foco, ainda assim, vem acompanhada de uma mentalidade individualista, hedonista, em um mundo marcado pela ideologia neoliberal.

A apropriação dessa nova visão do sexual também chega ao mercado e ao marketing, marcando o início de uma nova era em que a publicidade começa a notar que mercadorias associadas ao sexo vendiam melhor. Com isso

surge toda uma indústria, muito além do mercado pornográfico e o mercado sexual propriamente dito (prostituição, tráfico de mulheres, prostituição infantil, etc.), que trouxe consigo uma nova imagem de produtos e uma nova forma de *marketing*, a propaganda oriunda desse processo se torna um mediador fundamental entre cultura e economia.

Nos anos 80 surgem novas expectativas para que as discussões sobre as diferenças entre homens e mulheres e as atribuições de gênero se ampliem. À medida que movimento feminista conquista algumas de suas reivindicações e sua visibilidade e atuação se tornam mais evidentemente públicas, ele busca algo além de apenas a igualdade de direitos entre homens e mulheres, também ampliando o debate para a necessidade de se conquistar e/ou preservar o direito às diferenças, contribuindo para novos desenvolvimentos no cenário da cultura moderna.

Os pioneiros sexólogos trazem do período entre guerras um princípio de formação de mentalidade favorável à educação sexual, o que possibilitaria as primeiras experiências efetivas da implantação da educação sexual nas escolas brasileiras na década de 1960. Em 1968, a revista *Veja* traz um artigo que mostra a presença do tema, intitulado “Sexo na sala de aula”: o artigo discorre sobre se deve-se estabelecer um discurso sobre sexo com o aluno. Ainda assim, as divisões políticas da época viriam a marcar com duras barreiras o desenvolvimento de projetos que regulamentassem a obrigatoriedade do ensino de educação sexual nas salas de aula. Isso é exemplificado pelo esforço empreendido pelo padre Arruda Câmara, apoiado por seu partido, o ARENA, para barrar o projeto de lei da deputada do MDB, Júlia Steinbruch, que tratava dessa obrigatoriedade.

Congressos Nacionais sobre Educação Sexual nas escolas de iniciativa privada ocorreram entre 1978 e 1979. O risco de infecção pelo HIV e o aumento nos casos de gravidez não planejada em adolescente fazem com que debates sobre a inclusão da orientação sexual no currículo das escolas se intensifiquem (BRASIL, 2001), chegando, no ano de 1983, ao 1º Encontro Nacional de Sexologia, organizado pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, que tinha o objetivo de debater o controle preventivo de Doenças Sexualmente Transmissíveis e a gravidez indesejada entre adolescentes e jovens (GUIMARÃES, 1995).

Um retrocesso nesta caminhada, que obteve sucesso em implantar alguns programas de educação sexual em cidades importantes do país na década de 1960, vem com o Golpe de Estado de 1964, cujo governo, quatro anos depois, baixou o Ato Institucional nº 5, que suspendeu várias garantias constitucionais, inclusive fechando o Congresso Nacional por quase um ano. A educação sexual não é bem vista pela moral conservadora. De acordo com César (2009), somente a partir dos anos finais da década de 70 e dos anos 80, com a reabertura política, abre-se novamente o espaço para a discussão da sexualidade e da Educação Sexual.

Portanto, na maior parte das décadas de 60/70, período de constituição e desenvolvimento do Projeto da Educação Moral e Cívica na Educação Brasileira, os

militares estão no comando dos rumos do país, e a igreja católica detém o domínio do sistema educacional, atuando como ideologia dominante junto ao discurso jurídico, o que resultou em severa repressão à Educação Sexual neste período. Apesar disso, alguns livros referentes à sexualidade foram publicados, mas todos com o intuito de responder questões relacionadas à sexualidade em seu caráter biológico e produtivista.

O processo de implantação oficial da educação sexual nas escolas brasileiras sofreu muita repressão, legal e ideológica. No período, em conexão com movimentos sociais de minorias, escolas do Rio de Janeiro e Belo Horizonte organizaram programas de educação sexual. Segundo Guimarães (1995), em São Paulo, tentativas de se incorporar a educação sexual aos currículos de algumas escolas públicas deram origem a um projeto com intuito de prevenção e informação, que foi implantado em algumas instituições escolares.

Com isso, os elementos das conquistas dos movimentos e lutas do período – a pílula, escolher ou não casar, ter ou não filhos, trabalhar fora, etc. – que chegaram a público podem ter sido apresentados de maneira deturpada ou ainda ofuscados por discursos que eram, e ainda são, muito controversos: o divórcio e o aborto.

Tais questões, na verdade, mais contribuía para desviar o foco político e social do movimento que, aos poucos e com dificuldade, vinha ganhando maior força ao longo dos anos 70. Esse desfoque contribuiu para uma incorporação do mundo masculino ao feminino de forma deturpada: a noção de igualdade trazida pelos ideais liberais consistia em ignorar diferenças de gênero, ou a negá-las completamente.

Já na última década do século XX, a mídia começa a dar cada vez mais destaque ao comportamento sexual, e com isso surgem várias obras que tem a sexualidade como objeto de investigação (HITE, 1978, 1983; GOLDBERG, 1981; CHAUI, 1982; SUPLICY, 1983; MURARO, 1983; RIBEIRO, 1990; GUIMARÃES, 1995). Por um lado, atitudes e comportamentos sexuais se tornam mais flexíveis; por outro, o discurso de contensão e repressão, arraigado na sociedade desde o século XIX, contesta essas liberdades sexuais emergentes.

Com relação à historicidade das construções discursivas em torno da sexualidade das novas gerações, corrobora-se com a ideia de que

no olhar sobre a história, o importante é perceber que existe uma relação direta entre a forma como certa identidade e certo sujeito são representados e o movimento cultural, social e político da construção dos saberes de sua(s) representação(ões). Todo saber é construção (FURLANI, 2008, p. 308).

A Literatura Brasileira é muito discutida nas escolas, vista e analisada apenas pelo lado das escolas e períodos literários. Porém poucas pessoas sabem da importância e contribuições que ela teve no período da Ditadura. Assim, pretendemos mostrar, além da sua forte relevância no período histórico, como os professores podem incluir na disciplina de História dentro da sala de aula, diante desse contexto.

Além disso, é importante considerar que a educação sexual formal é sempre instituída ou autorizada pelos poderes públicos. A História desta educação mostra que

ela foi reclamada, proibida ou implantada em várias épocas diferentes de diferentes sociedades, visando a resolver problemas, de certa forma, alheios aos interesses e necessidades da criança e do jovem. Mesmo em nossos dias, ela é muitas vezes aceita como um “mal necessário”, e não se deve esquecer que ela pode ser até antisssexual e servir como álibi para reprimir os comportamentos que certos grupos políticos, sociais e religiosos condenam.

Para Werebe (1998, p. 204), não se pode, nos debates com os jovens em geral, escamotear a verdade, a realidade dos fatos e os fatores que explicam os diferentes aspectos afetivos da sexualidade; em particular amor e noção de prazer sexual devem ocupar um lugar importante na educação sexual das crianças e jovens.

A Educação Sexual foi proposta para resolver vários problemas ligados, direta ou indiretamente, à sexualidade. Ao contrário do que os discursos conservadores pregam, esta disciplina não seria uma iniciação ao ato sexual, mas sim uma necessidade, tanto de jovens quanto de crianças estudarem, observarem e entenderem este processo de construção acerca da sua própria sexualidade, assim como a do outro. Observa-se que, no período ditatorial, não existia educação sexual como disciplina escolar obrigatória e pouco faziam os pais e mães a esse respeito, dentro dos lares. Essa carência de informações foi refletida em maneiras de agir e discursos retrógrados, que resultaram na presença de constantes violências e abusos sexuais.

Sendo assim minhas pesquisas, leituras e interesse na temática se justifica pela necessidade educacional de provar/demonstrar o quanto é importante tratar da tensão entre as relações políticas e as movimentações sociais, para que existam possibilidades reais de transformações na realidade brasileira de ensino. Além disso, também é relevante tratar da forma como a disciplina ainda é vista nos dias atuais, trazendo consigo uma parte do discurso que era debatido nos anos de 1964-1985, não demonstrando de fato uma evolução na forma como é vista ou tratada.

E ainda refletir como os impactos da ditadura sobre a cultura brasileira, especialmente a cultura de ensino, tais como a memória das práticas socioculturais de resistência à ditadura, como legado da nação brasileira e as formas de organização coletiva como criação de espaços humanizadores.

A LITERATURA SOB A LENTE PEDAGÓGICA

Freire (2005) aborda que seja formar um leitor crítico. A criticidade está na percepção do educando e sobre como este observa, interpreta e age sobre o contexto social em que se insere. Freire afirma, “O ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo

Pode-se observar que logo de início, que a Literatura dentro de uma lente mais pedagógica é trabalhada de diversos modos quando comparamos a escola pública e

privada. Na maior parte das escolas particulares a literatura é vista de forma separada, o seu enfoque está incluído nas disciplinas de Português e redação. No entanto, em algumas escolas públicas ela nem é valorizada, vista de forma muito superficial e especificamente no ensino médio.

Os referenciais teóricos presentes na obra do linguista russo Michael Bakhtin (2003) mostram que todos os campos das atividades desenvolvidas pelo ser humano estão ligados ao uso da linguagem e que esse uso é tão variado quanto os campos da atividade humana.

Para Zilberman, colocar livros nas mãos das camadas populares significa quebrar a tradição das camadas burguesas em permanecer no poder por séculos. Leitura é conhecimento, para além de informar, coloca o sujeito frente a novas perspectivas e realiza o processo de empoderamento social tão sonhado como concretização de uma escola pública de qualidade.

A SITUAÇÃO DA LITERATURA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

A Literatura passou por uma sucessão de censuras, por ser um instrumento de denúncias sobre a situação que o Brasil estava presenciando. Além das poesias e canções, abarcou todo o espaço da imprensa, como a televisão, teatro e cinema. Eram destacados os principais autores para assim, manifestar-se mostrando o quadro dos acontecimentos. Ocorreram vários níveis de expressão artística para assim, existir um controle sendo trabalhada até com a Literatura infantil.

A Ditadura Militar Brasileira ocorreu entre os anos de 1964 e 1985. Várias obras foram rejeitadas pelo estado. Um dos primeiros atos durante esse processo foi proibir as pessoas de expressarem sua opinião e o fechamento da editorial Vitória (editora brasileira ligada ao Partido Comunista Brasileiro, especializada em literatura marxista). Tudo isso fazia parte de um 'jogo' para mantê-los no comando. Em 1970 foi decretada uma lei que impedia essa liberdade (lei decreto n.1077/70), tratava-se de censurar livros, revistas para que o povo não tivesse acesso aos mesmos. Stephanou relata muito bem como eram feitas as apreensões. "As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisadas, efetuadas por pessoas mal treinadas" (STEPHANOU, 2001, p.215).

OS PRINCIPAIS AUTORES QUE PARTICIPARAM DO PERÍODO DITATORIAL

O Brasil vivenciou duas décadas de repreensão. Dentro desse acontecimento Histórico podemos destacar alguns autores, que representaram de maneira singular as manifestações artísticas desse período. Foram muitos, na qual podem ser apresentados alguns autores principais que utilizaram a liberdade de expressão para superar a censura. Através dos romances foram descobertos os ataques que ocorriam,

sendo muito doloroso para a família das vítimas, que tomavam conhecimento por meio de livros.

A Literatura infantil foi o principal alvo dos escritores, por não ser supervisionada pelos generais. A escritora Ana Maria Machado consegue mostrar através de sua narrativa, os acontecimentos da época. Nas suas obras estão: “Tropical Sol da Liberdade”, e as infantis, “Bento-que-Bento-é-o-Frade”, “Era Uma Vez Um Tirano”, e “Raul Ferrugem Azul”.

De acordo com Zilberman (1991, p.127)

Em Ana Maria Machado, a proposta explícita de uma história de fadas invertida, onde o príncipe casa com a pastora e a princesa vai cuidar de sua vida, pode ser considerado o emblemado que pretende essa narrativa infantil moderna.

Além da escritora Ana Maria Machado, há outros autores, como: Nelson Rodrigues, Caio Prado Junior, Rubem Fonseca, Cassandra Rios, entre outros, que buscaram mostrar através de Literatura os fatos ocorridos no país, exatamente no regime ditatorial por meio de romances.

De acordo com Dalcastagnè (1996, p.130). “É o romance que mais se preocupa em contar detalhes do período, fornecendo informações [...] sobre o comportamento da classe média sobre a situação das entidades estudantis do clero, dos jornalistas”. Porém, Ana Maria Machado em uma entrevista realizada no programa “entrelinhas”, revelou sua verdadeira intenção quando escreveu “Tropical Sol da Liberdade”. Ela relata:

Não era uma decisão prévia, não era uma história política, não havia um projeto ideológico. Quis falar da amendoeira, das formigas, do mar, da onda batendo. Aí começam as lembranças da casa e aí entra tudo. Acho que o ser humano, vivendo na sociedade, é político. Como eu vivi um momento de ditadura havia uma preeminência de se falar em liberdade. (MACHADO, 2010,).

Contudo, ela não teve a intenção de sua obra ser interpretada de tal maneira. Porém o público analisou de maneira ‘errônea’, como se a mesma fosse voltada para a época em questão.

Cândido ainda manifesta sua opinião acerca do assunto.

[...] a posição do escritor depende do conceito social que os grupos elaboram em relação a ele, e não corresponde necessariamente ao seu próprio [...] se a obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre o autor e a obra na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando ela lhe é mostrada através da reação de terceiros. Isto quer dizer que o público é condição do autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação.

Tanto a posição de Ana Maria Machado quanto a de Antônio Cândido estão se referindo ao fato de o autor não ter controle total no entendimento a respeito de sua obra, pois quando os leitores entram em contato com a mesma formará sua opinião, sendo escolhido o que é mais propício para o momento. É exposto também, que a partir dessa condição que o leitor tem será revelado o conhecimento acerca do autor.

A CAMPEÃ DOS VETOS

Falecida em 2002, Cassandra Rios é a escritora mais censurada do Brasil. Em 1976, ela teve 33 de seus 36 livros proibidos pela ditadura. Os censores alegavam “temas atentatórios à moralidade pública” para vetar livros apimentados, como *O Prazer de Pecar*. Homossexual, Cassandra chegou a ser condenada à prisão.

Reimão (2009) aponta que a censura a livros durante a Ditadura Militar teve uma atuação mais forte não nos chamados Anos de Chumbo (1968-1972), mas sim durante o Governo Geisel (março de 1974 a março de 1979), e especialmente no final desse governo. Sendo que o Governo Geisel, apesar dos momentos de retrocessos, foi aquele em que se iniciou o processo de abertura política lenta e gradativa. A censura a livros por parte do Departamento de Censura de Diversões Públicas foi maior quando a maioria dos jornais e revistas estava sendo liberada da presença da censura prévia nas redações.

Para Paulo Netto, (2005, p. 50-51) a ditadura civil-militar necessitava assim da edificação de um consenso propício para a manutenção da ordem capitalista, embora mantivesse o controle policial militar pronto para assegurar a ordem pela força. Dessa forma, a política cultural da ditadura, na sua implementação diferenciada ao longo do desenvolvimento do processo autocrático burguês, realizou-se a partir de um duplo e simultâneo movimento, o de repressão e o de transformação; pois ao mesmo tempo que buscou uma orientação que reprimisse as tendências culturais de fundo crítico ou que se direcionavam para a perspectiva nacional-popular procurou também investir na criação de um bloco cultural coadunável com a sua projeção histórico-social “modernizadora”, ou seja, objetivou induzir e promover a emergência de vertentes culturais funcionais ao seu projeto “modernizador”, que lhe assegurassem tanto uma efetiva legitimação ideal quanto a ausência de contestação concreta.

Dessa forma, podemos dizer que a política cultural do regime ditatorial teria de conduzir duas frentes: reprimir as vertentes da intelectualidade ligada ao povo, a produção cultural comprometida com a conscientização das parcelas da população menos favorecidas economicamente, principalmente o operariado urbano e os camponeses; e induzir e promover a emergência de tendências culturais funcionais ao projeto ‘modernizador’, além da retomada do conservadorismo e o aprofundamento do individualismo e do consumismo no âmbito da cultura.

De acordo com Paulo Netto (2015), da mesma forma que não podemos compreender o golpe de 1964 sem relacioná-lo ao panorama mundial que o contextualiza, não podemos compreender a contestação de que o regime ditatorial foi alvo, em 1968, sem considerar o que estava ocorrendo fora das fronteiras brasileiras. Nos países capitalistas centrais, em 1968, com o protagonismo primordial de uma juventude universitária, entrecruzaram-se e confluíram, numa intrincada explosão contestatória, tendências artísticas, transformações culturais, posturas filosóficas, lutas sociais e posições políticas muito diversas.

LIVROS ERÓTICOS/PORNOGRÁFICOS

Os romancistas da época, começando a citar uma pessoa que escreveu muito bem a situação do Brasil, o escrito Baiano Jorge Amado, com o livro ‘Capitães de Areia’, ‘O Porto dos Milagres’, e ‘vidas Secas’ de Graciliano Ramos, e romances de Rachel de Queiroz. São obras que ajudam a entender o golpe pré militar. Após o golpe, devemos frisar que houve um cerceamento, sementes de liberdade que chegou à Literatura, que foram queimadas e proibidas de circular sendo suprimidas pelo autoritarismo do governo.

De acordo com a pesquisadora Reimão (2009), os livros eróticos/pornográficos nos arquivos do DCDP do Departamento de Censura de Diversões Públicas DCDP encontram-se indicações de 70 livros eróticos/pornográficos de autores brasileiros vetados; o livro de Deonísio da Silva (1989), Nos bastidores da censura, apresenta 69 títulos com esse perfil; comparando-se as duas listagens e excluindo-se as repetições, resulta que cerca de 100 livros eróticos/pornográficos de autor nacional foram censurados no período da ditadura militar.

Entre esses, 18 são de autoria de Cassandra Rios; 13, de Adelaide Carraro; 22 são assinados como Dr. G. Pop; 17, como Brigitte Bijou; e seis, como Márcia Fagundes Varella.

Adelaide Carraro e Cassandra Rios foram, nos anos 1960 e 1970, campeãs de vendagem. Seus livros, considerados eróticos ou francamente pornográficos, eram lidos às escondidas por adolescentes e adultos. Eram livros “fortes” que misturavam política, “negociatas” e sexo, muito sexo. E como tais eram lidos.

Os livros de Adelaide Carraro proibidos pela censura foram: Carniça; O castrado; O Comitê; De prostituta a primeira dama; Escuridão; Falência das elites; Os padres também amam; Podridão; Sexo em troca de fama; Submundo da sociedade; A verdadeira história de um assassino; Mulher livre e Os amantes.

Os livros de Cassandra Rios censurados foram: A borboleta branca; Breve história de Fábria; Copacabana Posto Seis; Georgette; Maçaria; Marcella; Uma mulher diferente; Nicoleta Ninfeta; A sarjeta; As serpentes e a flor; Tara; Tessa, a gata; As traças; Veneno; Volúpia do pecado; A paranoia; O prazer de pecar e Tentação sexual.

Os livros de G. Pop, Brigitte Bijou e Márcia Fagundes Varella censurados ostentavam títulos como: Astúcia sexual; Cidinha a insaciável; Graziela amava e ...matava; Clube dos prazeres; O padre feroso de Boulange ou Noviça erótica.

Não nos esqueçamos de que parte dos militares via a sexualidade podendo ser utilizada como ferramenta do “expansionismo comunista”. Exemplos dessa postura foram coletados por Paolo Marconi (1980) em A censura política na imprensa brasileira; citemos um, nas palavras do tenente-coronel Carlos de Oliveira:

O sexo é um instrumento usado pelos psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos, partem para o descrédito das famílias, dos governos, e passam à degradação da nação, bem como intensificam a divulgação da literatura

erótica e da promiscuidade sexual.

Há quem diga que eu dormi de touca
Que eu perdi a boca, que eu fugi da briga
Que eu caí do galho e que não vi saída
Que eu morri de medo quando o pau quebrou
Há quem diga que eu não sei de nada
Que eu não sou de nada e não peço desculpas
Que eu não tenho culpa, mas que eu dei bobeira
E que Durango Kid quase me pegou
Eu quero é botar meu bloco na rua Brincar, botar pra gemer
Eu quero é botar meu bloco na rua Gingar, pra dar e vender
Eu, por mim, queria isso e aquilo
Um quilo mais daquilo, um grilo menos disso
É disso que eu preciso ou não é nada disso
Eu quero é todo mundo nesse carnaval
Eu quero é botar meu bloco na rua Brincar, botar pra gemer
Eu quero é botar meu bloco na rua Gingar, pra dar e vender

Ainda quando era professora, ouvi de um aluno sobre a tão-lida *Capitães da Areia*. Um aluno do 1º ano do ensino médio me afirmou: “Professora, *Capitães da Areia* é o melhor livro do Brasil”. Uma outra aluna do 9º ano disse: “eu pensei que ia ser cansativa e chata, mas a leitura está tranquila e me surpreendi. Gostei do capítulo do carrossel”. E outra aluna, ainda, do 9º ano: “ao ler e refletir acabei sentindo na pele do que aconteceu com a Dora, eu não parei de chorar”. Além da escola formal, eis o relato de uma senhora aluna de um projeto, que parecia distante desse trem de literatura: “Esse *Capitães da Areia* é muito lindo, fala da realidade do povo” – ao que segue um acabamento: “estou lendo em voz alta para o meu marido que não sabe ler”. Se é que o imprevisto faz uma surpresa, talvez não imaginássemos que fossem tantas.

A pergunta recorrente é o que há, nesse *Capitães da Areia*? Dentro de uma obra-prima como esta, o leitor, primeiro, percebe uma linguagem direta e sem tantas embromações, já com intenção de “falar da realidade”: realidade de crianças abandonadas na Bahia de 1937. Jovens com quem o próprio Jorge Amado conviveu por um período em que dormiu no trapiche abandonado para escrever o livro. Com humanidade, com tudo.

Capitães da Areia foi queimada em 1937 pelo governo Vargas, por ser considerada de “propaganda comunista”.

Lá se vão 80 anos e a obra é condenada aqui em Araraquara. Pois uma professora foi denunciada na Diretoria de Ensino, por uma mãe de aluno alegando que a obra *Capitães da Areia* continha “pornografia”. Mas Araraquara não deixou por menos:

houve protesto na Unesp, houve menção na audiência pública contra o Escola “Sem Partido” que quer punir conteúdos transmitidos há anos.

O tema central da obra no início da obra há uma série de reportagens fictícias que explicam a existência de um grupo de menores abandonados e marginalizados que aterrorizam a cidade de Salvador e é conhecido por Capitães da Areia. A obra Capitães de Areia do autor Jorge Amado, foi caracterizada pela sexualidade das personagens. Qualificada pelo protagonista Pedro Bala que em uma das cenas, estupra uma adolescente nos areais de Salvador.

A Ditadura Militar deixou marcas negativas e traumáticas no país. A Literatura, porém, teve sua participação em romances escritos, que de certa forma conseguiu expressar e repassar através de palavras esse regime. A análise que será feita a seguir, foram publicadas entre os anos de 1970 e 1978.

O primeiro poema é do escritor Nicolas Behr, chamado “Receita”, publicado em Carço de goiaba (1978):

Ingredientes:

- 2 conflitos de gerações
- 4 esperanças perdidas
- 3 litros de sangue fervido
- 5 sonhos eróticos
- 2 canções dos Beatles

Modo de preparar:

dissolva os sonhos eróticos
nos dois litros de sangue fervido
e deixe gelar seu coração
corte tudo em pedacinhos
e repita com as canções dos beatles
o mesmo processo usado com os sonhos eróticos
mas desta vez deixe ferver um
pouco mais e mexa até dissolver
parte do sangue pode ser substituído por suco de groselha
mas os resultados não serão os mesmos
sirva o poema simples ou com ilusões
(BEHR, 1978)

O poema “Receita” faz uma referência aos impactos causados pela Ditadura para a juventude. Através de uma receita pôde ser mostrado que com a mudança de apenas um ingrediente poderia mudar o rumo dos acontecimentos. No primeiro verso, é feita uma análise, fechada somente para o contexto dos acontecimentos recentes, e em todo o poema relata marcas de autoritarismo. Contudo, o autor procurou mostrar

como uma geração inteira foi atingida, trazendo no último verso as maneiras que leitor pode interpretá-lo, (“o poema simples”), ou (“ou com ilusões”).

Odeio os indiferentes. Creio [...] que “viver é tomar partido”. [...]. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão e de tomar partido. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é peso morto da história. [...]. A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. [...]. Odeio os indiferentes também porque me dão tédio suas lamúrias de eternos inocentes. [...]. Vivo, tomo partido. Por isso, odeio quem não se compromete, odeio os indiferentes. (GRAMSCI, 1982, pp. 84-87).

Diante de tudo, afirmamos que o propósito desse trabalho foi de mostrar a relevância da Literatura no período da Ditadura Militar, e como ela pode ajudar o professor quando se olha para lado mais específico do contexto. A partir de várias pesquisas, reencontros com as minhas histórias enquanto professora, conseguimos penetrar no sentimento e sentido da literatura neste período de forte repressão e obscurantismo político, ético e cultural. Concluir que esse assunto não é algo novo, e é muito mais importante do que se pensa. Vendo pelo lado pedagógico, nem todos os professores enxergam e utilizam a literatura como desvelamento de um passado forte que por meio do sofrimento e a dor, incidem marcas ainda tão presente por todos os lugares perpassando todos os meios, ou seja familiar, acadêmico, social e cultural.

A literatura na formação das novas gerações necessita ser trabalhada na perspectiva contrária à do ajustamento à da sociabilidade da cotidianidade capitalista contemporânea. É preciso fazer da socialização do grande romance a produção da percepção das relações entre a vida individual e o processo histórico de luta pela emancipação humana, tanto no sentido da crítica aleijar e alijar ser humano, como no sentido da atrair possibilidades de superação desse completo esvaziamento.

Entrar no universo literário e histórico, buscando na aproximação dos estudantes em meio ao universo tecnológico do século XXI é uma possibilidade que precisa ser considerada. Buscar, ideias, estratégias, exemplos de obras a serem trabalhadas, entre outros elementos, que a maioria dos nossos alunos não tiveram contato e acesso, podendo unir os gosto, perfumes e sabores dos mesmos a seu cotidiano.

Além disso, compreendemos que a obra literária deve ter presença marcante em todo o processo escolar de um aluno; mas, nessa relação entre a leitura de obras literárias e o desenvolvimento do aluno, a função do professor é fundamental, pois ao docente cabe a seleção das obras adequadas ao nível de desenvolvimento intelectual dos alunos. Em outras palavras, se o professor orientar o adolescente na leitura de uma obra literária em que a complexidade vá além do seu desenvolvimento cognitivo, a leitura fracassará, pois, o aluno ainda é incapaz de incorporar à sua subjetividade a conhecimento humanizadora artisticamente resumida naquela obra; e, se orientá-lo na leitura de uma obra pouco ou nada complexa para o seu nível de desenvolvimento, a leitura também fracassará, uma vez que não lhe proporcionará nada qualitativamente novo.

Devemos, nesse momento, novamente assinalar que a literatura, forma de expressão artística, não impede o fenômeno da alienação na sociedade capitalista, mas pode exercer um papel libertador na formação humana.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DALCASTAGNÈ, Regina. O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Editora UnB, 1996.

FREIRE, Paulo. A Importância do ato de ler. 4ª ed. São Paulo: Cortez. 2005.

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global, 1980.

PAULO NETTO, José. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. Censura no Regime Militar e Militarização das Artes. Porto Alegre :Edipucrs, P. 215, 2001.

REIMÃO, Sandra. Mercado editorial brasileiro. São Paulo: ComArte, FAPESP, 1996.

ZILBERMAN, Regina. O estatuto da literatura infantil. In;

ZILBERMAN, Regina, MAGALHÃES, Ligia Cadermatori. Literatura infantil: autoritarismo e emancipação. São Paulo; Ática, 1982. p.3-24. (Ensaio, 82.) ZILBERMAN, Regina, LAJOLO, Marisa. Um Brasil para crianças-, para conhecer a literatura infantil brasileira; história, autores e textos. São Paulo; Global, 1986. 364p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise linguística 85, 100, 102

Argumentação 2, 24, 33, 34, 135, 136

Atos de Fala 66, 68, 76

C

Contemporâneo 42, 53

D

Ditadura Militar 1, 5, 7, 10, 11, 55, 56, 57, 59, 63, 65, 104

E

Educação Brasileira 2, 268, 276

Escrita 85, 156

G

Gênero 35, 205, 248

L

Leitura 5, 30, 66, 84, 85, 100, 101, 263

Leitura na escola 66

Letramento literário 24, 33, 34

Linguagem 2, 13, 33, 36, 50, 53, 101, 102, 146, 157, 193, 198, 260

Literatura 1, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 33, 34, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 65, 84, 114, 130, 131, 174, 191, 198, 204, 210, 248, 259

M

Masculinidade 248

O

Oralidade 85

P

Pedagogia de Multiletramentos 8, 175, 176, 180, 181, 182

R

Retórica 24, 31, 33, 269

Romance épico 114

Romance histórico 114

S

Sociedade 13, 33, 53, 187, 211, 247, 248, 259

T

Textos instrucionais 66

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-530-3



9 788572 475303